

3 — O dirigente acima identificado no presente despacho fica autorizado a optar pelo vencimento base da categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do mencionado diploma legal.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Curriculum vitae

Dados biográficos — Joaquim Martinho Pereira Aranha, nascido a 30 de Outubro de 1951, natural da freguesia de Nossa Senhora de Machede, concelho de Évora, residente na Quinta de Vicente Pereira, Louredo, 7000 Évora, bilhete de identidade n.º 2018622, de 4 de Abril de 2007.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça.

Carreira profissional — em 6 de Maio de 1979 ingressou na Comissão de Planeamento da Região do Sul, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, tendo transitado para o quadro da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo em 1980 e sendo actualmente assessor principal do quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Funções de dirigente:

De 18 de Fevereiro de 1983 a 17 de Fevereiro de 1988, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de chefe de divisão de Estudos Económicos da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

Entre 18 de Fevereiro de 1988 e 3 de Abril de 1993, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de director de serviços do Gabinete de Planeamento Agrário Regional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Entre 4 de Abril de 1993 e 20 de Junho de 1996, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de director de serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De 21 de Junho de 1996 a 30 de Julho de 2002, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de director regional da Administração Autárquica da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

Entre 1 de Agosto de 2002 e 13 de Julho de 2005, desempenhou as funções de subdirector regional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.

Experiência profissional:

Desenvolvimento de estudos no âmbito do Desenvolvimento Regional;

Preparação e acompanhamento de projectos e programas co-financiados pelos fundos comunitários;

Membro de unidades de gestão das medidas PAMAF — QCA II; Coordenador da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural do «porAlentejo»;

Membro de unidade de gestão do programa AGRO.

Despacho n.º 14 500/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe da divisão do serviço sub-regional de Portalegre da CCDR Alentejo, do mestre José Fidalgo Rosa Gaspar.

2 — O nomeado nos termos do número anterior reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O dirigente acima identificado no presente despacho fica autorizado a optar pelo vencimento base da categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do mencionado diploma legal.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

15 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

ANEXO

Nome — José Fidalgo Rosa Gaspar.

Habilitações literárias:

Doutorando do curso de Desenvolvimento Sustentável e Ordenamento do Território, na Universidade da Extremadura, Cáceres;

Mestre em Ciência Política, Cidadania e Governação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa;

Master em Comunidades Europeias e Direitos Humanos, Universidade Pontifícia de Salamanca.

Experiência profissional:

De Maio de 2005 a Julho de 2006 — secretário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre;

Entre 2003 e 2005 — responsável pelos serviços sub-regionais de Portalegre da CCDRA — ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional;

Entre 2001 e 2003 — director do Núcleo de Portalegre da CCRA;

Entre 1992 e 2001 — responsável pelo Gabinete de Planeamento e Acompanhamento do Núcleo de Portalegre da CCRA;

Desde Setembro de 1991 — Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, docente (desde 2002 equiparado a professor-adjunto) dos cursos de Assessoria de Administração, Contabilidade e Auditoria, Design de Comunicação, Gestão Estratégica e Marketing;

Em 1990-1991 — Governo Civil de Portalegre, adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal do Governador Civil;

Em 1976-1990 — FINICISA/HOECHST, Departamento Comercial, sector de vendas no mercado interno.

Actividades adicionais:

2000-2001 — Projecto Delfim — PIC ADAPT, coordenador nacional do subprojecto «Formação avançada de formadores»;

Em 1992-2000 — IEF, IPJ, FDTI, PROFISS, formador para as áreas da segurança social, gestão das organizações e *marketing* e publicidade;

Em 1990-1991 — Escola Preparatória Cristóvão Falcão, docente, em regime de substituição.

Actividades complementares:

Membro do conselho consultivo do Centro de Formação Profissional de Portalegre;

Membro do conselho regional da Região de Turismo de São Mamede;

Membro da comissão de acompanhamento do Projecto de Sinalética Turística do concelho de Elvas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14 501/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto para prestar assessoria ao meu Gabinete, em matérias da sua área de especialidade, sendo para o efeito destacado à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de Maio de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho n.º 14 502/2007

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2007, de 27 de Abril, do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, são nomeados em comissão de serviço, para exercer os cargos de subdirectores-gerais da Direcção-Geral de Energia e Geologia o licenciado Bento de Morais Sarmento, que, para o efeito, continua requisitado à PETROGAL, Petróleos de Portugal, S. A., e o licenciado Carlos Augusto Amaro Caxaria, assessor principal do quadro da Direcção-Geral de Energia e Geologia.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, o licenciado Bento de Morais Sarmento fica autorizado a optar pelo vencimento que auferir no seu lugar de origem e a manter todos os direitos inerentes ao seu estatuto profissional na empresa de origem.

As presentes nomeações fundamentam-se na experiência profissional dos nomeados e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes aos cargos, tal como atesta, de resto, a nota relativa aos seus currículos académicos e profissionais que são publicados em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Maio de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Nota curricular

Nome — Bento de Morais Sarmiento.
Data de nascimento — 26 de Maio de 1943.
Habilitações académicas:

Engenheiro químico-industrial, IST, Lisboa;
Ingénieur (Raffinage et Génie Chimique) ENSPM, Institut Français du Pétrole, Rueil-Malmaison, France;
Curso de pós-graduação em Gestão de Empresas (MBA), Universidade Nova de Lisboa;
Curso de Defesa Nacional, IDN, Lisboa.

Experiência profissional:

Foi assistente de Química na Universidade de Coimbra, funções interrompidas para prestação de serviço militar, tendo servido em Angola;

Em 1971, ingressou na então Direcção-Geral dos Combustíveis (1.ª Repartição, Combustíveis);

Em 1978, passou a prestar serviço na PETROGAL, inicialmente na situação de requisitado, tendo ingressado no respectivo quadro em 1980 (Direcção de Estudos de Refinação);

Foi requisitado à PETROGAL, em Agosto de 1986, pelo Ministério da Indústria e Energia, para desempenhar o cargo de vice-presidente da Comissão de Planeamento Energético de Emergência;

Em Abril de 1999, retomou funções na PETROGAL (Gabinete do Projecto das Refinarias de Sines e do Porto) como consultor da área Ambiente, Qualidade e Segurança;

Foi novamente requisitado pelo Ministério da Economia, em Novembro de 2000, para o desempenho do cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Energia e em Maio de 2004 para o desempenho do cargo de subdirector-geral da Direcção-Geral de Energia e Geologia;

Participou em diversos organismos internacionais, designadamente no Petroleum Planning Committee, da OTAN (onde foi *vice-chairman*), no Standing Group on Emergency Questions e Standing Group on Oil Markets, da Agência Internacional de Energia, e no Energy Working Group e Oil Supply Group, da Comissão Europeia, e integrou em 1992 a missão internacional no âmbito da Conferência de Washington aos NEI;

Ocasionalmente, desempenhou actividade de consultoria, contribuindo para estudos a nível nacional e internacional (Cabo Verde e Chipre, no âmbito do programa comunitário Sinergy).

Nota curricular

Nome — Carlos Augusto Amaro Caxaria.
Data de nascimento — 4 de Abril de 1953.
Habilitações literárias — licenciatura em Engenharia de Minas pelo Instituto Superior Técnico (1977-1978).
Evolução na carreira e na função pública:

Novembro de 2001 a Março 2004 — vice-presidente do Instituto Geológico e Mineiro;

1991 a 2001 — director dos Serviços de Recursos Geológicos da Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

1990 a 1991 — director dos Serviços Regionais de Lisboa da Direcção-Geral de Geologia e Minas;

1980 a 1990 — técnico superior da Direcção-Geral de Geologia e Minas;

1971 a 1980 — técnico da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Actividade profissional diversa:

Representante de Portugal em grupos de trabalho no âmbito da discussão de directivas comunitárias;

Membro da comissão executiva e científica de diversos congressos europeus e ou simpósios internacionais sobre pedra natural, realizados em Portugal, em estreita colaboração com associações de industriais do sector;

Membro de grupos de trabalho criados para a revisão de legislação específica, nomeadamente, entre outros, «Diploma dos resíduos da indústria extractiva», «Regulamento de laboração da actividade industrial (RLAI) — Licenciamento industrial» e «Lei de pedreira», da qual é responsável pelo documento base de discussão;

Autor de diversos artigos técnicos apresentados em congressos e simpósios e posteriormente publicados em revistas técnicas da especialidade;

Acções de formação diversa, nomeadamente em áreas tais como organização estrutural dos serviços, qualidade total, sensibilização em áreas técnicas, planeamento e controlo de gestão, e outras;

Trabalho «Normalização e procedimentos técnicos e administrativos no licenciamento de pedreiras», projecto aprovado por protocolo com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 146, de 24 de Junho de 1993), que, após finalizado, foi remetido a todas as câmaras municipais interlocutoras da DRE;

Responsável pelo lançamento dos «Estudos integrados de ordenamento da exploração e recuperação paisagística de pedreiras».

Despacho n.º 14 503/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Susana Gaião Baptista Mota para prestar apoio no âmbito da sua especialização ao meu Gabinete.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal equivalente ao de adjunto, incluindo percepção de subsídios de férias e de Natal no mesmo montante, bem como o abono de representação, valor aquele susceptível de ser actualizado em função do que, em matéria remuneratória, vier a ser fixado para o pessoal dos gabinetes dos membros do govern.º

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 14 504/2007

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, designo o motorista de ligeiros Luís Miguel Bordadágua Alves da Conceição, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, requisitado para exercer funções nesta Direcção-Geral como motorista do meu Gabinete, com efeitos a 7 de Maio de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 14 505/2007

1 — Nos termos e para os efeitos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 56/2007, designo para me substituir, nas minhas ausências, faltas ou impedimentos, o subdirector-geral das Actividades Económicas, licenciado Nuno Miguel Cardoso Pereira Lúcio.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 7 de Maio de 2007.

14 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 14 506/2007

Designo para minhas secretárias pessoais Deolinda dos Anjos Fariña Martins Vargem, técnica profissional especialista principal, e Maria Madalena dos Santos Ferreira Carvalho, assistente administrativa especialista, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

18 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Direcção-Geral do Consumidor

Despacho (extracto) n.º 14 507/2007

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para funções de secretariado no meu Gabinete, desde a data do presente despacho, Maria Margarida Ribeiro Barroqueiro de Barros Ferreira, assistente administrativa especialista.

13 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *José Manuel Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 14 508/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta